

TEORIA E HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ESCOLA LATINO-AMERICANA?¹

Theory and History of International Relations: a Latin American School?

Taís Sandrim Julião²

Introdução

O interesse pela América Latina do ponto de vista de sua produção teórica auto-referenciada – ou seja, a região percebida como fonte e questão -, não configura como tema inédito na agenda de pesquisa das Relações Internacionais. Diversas publicações, dentre as quais se destacam os trabalhos de Arlene Tickner (2003a, 2003b, 2008), têm como foco temático a compreensão do que é produzido nesta região, partindo do pressuposto de que há uma especificidade e, portanto, elementos de diferenciação significativos que a particulariza em relação às demais produções de outros países e regiões.

No entanto, é preciso cautela ao interpretar este fenômeno, pois a existência de elementos que singularizam esta produção não significa que estes necessariamente formem uma unidade orgânica que possa então ser classificada como produto da região. É neste ponto que reside a complexidade da categoria *Escola* na denominação da produção teórica, pois é preciso eleger determinadas características para guiar a análise, sob pena do estudo ser considerado arbitrário ou teleológico.

Conscientes deste desafio, este artigo visa discutir a existência de uma escola latino-americana de teoria de Relações Internacionais. A discussão prioriza o método histórico-analítico e a revisão bibliográfica, adotando como referência o estudo de Raúl

¹ Este artigo é uma versão expandida daquela apresentada em formato de Comunicação Oral na Semana de Relações Internacionais da UNESP-Franca em 2009.

² Bacharel em Relações Internacionais pela UNESP-Marília e Mestre em Relações Internacionais pelo IREL-UnB. (tais.sandrim@gmail.com)

Bernal-Meza, *América Latina en el Mundo: El pensamiento latinoamericano y la teoría de relaciones internacionales* (2005).

O artigo está organizado em três seções, além da conclusão. Em um primeiro momento, o objetivo será desenvolver brevemente os usos do conceito de *Escola*. Em seguida, iremos apresentar as principais características da Escola Latino-americana, corroborando com as conclusões de Bernal-Meza sobre a existência de uma especificidade em termos de produção teórica, sistematizada pelo autor a partir da idéia de um pensamento estruturalista. Para reforçar a consistência deste argumento, apresentamos na terceira seção uma análise da contribuição teórica de Hélio Jaguaribe, cujo trabalho oferece importantes ferramentas analíticas para a compreensão da dinâmica internacional latino-americana. Por fim, realizar-se-á as considerações finais no sentido de responder afirmativamente a pergunta do título.

A idéia de uma escola latino-americana

O uso do conceito de escola para a caracterização de determinada produção teórica é controverso. Isto porque é preciso diferenciar aqueles elementos percebidos como necessários para a construção de uma especificidade mais ampla, ou seja, da conformação das diferenças em um núcleo comum que possa ser reconhecido de alguma forma como pertencente a uma unidade. A controvérsia advém, portanto, no processo de seleção desses elementos, que deve ser orientado de forma não arbitrária, articulado em uma lógica que seja percebida como possível e coerente, além de fundamentada empiricamente.

Como exemplo deste tipo de exercício bem sucedido, poderíamos citar o livro clássico do historiador Peter Burke (1997) sobre a *École des Annales*. Nele, o autor busca compreender a construção do movimento francês a partir de critérios de diferenciação com relação ao modo de fazer história corrente no momento em que é lançada a revista *Annales: économies, sociétés, civilisations* por Marc Bloch e Michel Leblvre, considerada o marco desta revolução historiográfica.

Para que tal argumento fosse construído, foi preciso por parte do autor uma perspectiva comparada, mas, principalmente, uma visão de conjunto que fosse capaz de

articular em um núcleo aspectos que eram distintos, e que de algum modo estabeleciam diálogos a ponto de conformarem uma unidade reconhecível e eloqüente.

Os elementos de identificação e agregação, quando tomamos em sua singularidade, possuem um sentido próprio e uma autonomia explicativa. Todavia, adquirem novo valor sob a ótica do pesquisador que se empenhe em analisá-los e, então, apresentá-los em uma unidade orgânica. Esse parece ser, então, o exercício analítico que baliza um tipo de argumentação que favorece a percepção de determinadas produções teóricas em termos de escola. Referindo à *École des Annales*, Forster (1978, p.60) comenta:

There is no doubt, in short, that an Annales school of historians exists, if by “school” we mean a group of research scholars who communicate with each other, share a few general assumptions about the subject matter and goals of history, and doggedly insist on searching for different approaches to the subject by a wide exposure to neighboring disciplines.

A partir desta afirmação de Forster, podemos identificar alguns elementos potenciais para a elaboração do conceito de escola. O primeiro seria a percepção de uma *identidade coletiva entre os autores*, tanto do ponto de vista destes quanto de uma visão externa ao grupo, ou seja, por parte de outros autores e pesquisadores.

O segundo seria o *compartilhamento de visões de mundo ou referenciais ontológicos e de ferramentas metodológicas*, que podem ser adotadas objetivamente pelos autores no sentido de inseri-los em determinado grupo ou tradição; ou que, a partir do exercício de análise, seja percebida pela comunidade externa essa comunhão dos parâmetros de cientificidade característicos das humanidades.

Por fim, a idéia de construção de uma *agenda de pesquisa independente ou específica*, que pode emergir ou não de um engajamento dos próprios autores no sentido de demarcar a singularidade de determinado modo de produzir conhecimento ou de trabalhar determinados temas.

Como é possível observar nestes três elementos, há uma distinção de pontos de vista a respeito da denominação de determinada produção em termos de escola. Por um lado, as percepções dos próprios autores considerados como integrantes do grupo sobre

sua intencionalidade ou não de participar de uma escola. Por outro, a percepção da comunidade externa, que tem como objetivo construir uma análise do ponto de vista do observador do produto final da atividade intelectual, a saber, os livros, os artigos, os argumentos, os conceitos e as propostas teóricas.

Nesse sentido, parece particularmente interessante a abordagem de Bernal-Meza (2005). Esses três elementos orientaram sua pesquisa e esforço de sistematização com o objetivo de identificar uma escola latino-americana de Relações Internacionais. E, curiosamente, o autor Bernal-Meza está inserido tanto na posição de autor-integrante do grupo – já que coloca sua própria produção como parte da escola latino-americana-, como de observador desta produção, enquanto analista que realiza o esforço de distanciamento buscando a objetividade em sua análise.

Em outras palavras, adotar a obra de Bernal-Meza para a discussão da escola latino-americana é empreender uma análise enquanto observador do autor-integrante e do autor-observador. Esta perspectiva parece enriquecedora e produtiva, justamente por ser possível trabalhar a partir da combinação destas percepções.

No que diz respeito ao primeiro elemento - a identidade coletiva -, a partir da leitura da obra percebemos uma comunhão da visão consensualmente atribuída à esquerda ou a uma perspectiva crítica da realidade, que remonta a herança marxista nas ciências sociais. Deste modo, a identidade se constrói tendo por base o olhar crítico e até certo ponto transformador, já que não aceita a interpretação da realidade como um dado, mas sim como historicamente construída e, portanto, passível de ser alterada. Este será o traço comum identificado nos autores que, considere suas particularidades, sustentam a interpretação de Bernal-Meza da existência de uma identidade coletiva entre os estruturalistas latino-americanos.

Com relação ao segundo elemento, Bernal-Meza aponta a perspectiva histórico-estrutural sintetizada na dicotomia centro-periferia, e os conceitos que dela derivam, como o referencial ontológico e o instrumental metodológico que possibilita identificar mais um fator de agregação em termos de escola.

Como terceiro e último elemento, a independência e especificidade da agenda de pesquisa dos estruturalistas latino-americanos diz respeito à preocupação compartilhada

com o tema do desenvolvimento econômico e da construção da autonomia na periferia do sistema, ou seja, dos estados da América Latina. Com efeito, essas duas preocupações representam a base na qual se originam os demais temas e questões da agenda estruturalista latino-americana.

Posto isto, é possível vislumbrarmos a partir de quais elementos e de que forma Bernal-Meza sustenta a abordagem e a análise da produção latino-americana em termos de uma escola. Além do claro valor didático, ela possui um significado próprio e justificado, representando uma linguagem organizacional interessante para o estudo da produção de conhecimento teórico de uma disciplina de modo geral, e das Relações Internacionais em particular.

A escola latino-americana: o estruturalismo como fonte e questão

Na obra aqui utilizada como referência, Bernal-Meza (2005) propõe um estudo-síntese das principais produções e contribuições do pensamento latino-americano para a produção teórica de Relações Internacionais. Além de realizar uma vasta seleção e revisão bibliográfica das principais obras consideradas como integrantes do grupo, o autor também aponta as análises que o *mainstream* de teoria e história das Relações Internacionais produziu sobre o tema.

Dentre os autores destacados, estão intelectuais fundamentais para a compreensão do exercício de reflexão realizado pelo autor para traçar este quadro regional: Hérrnan Santa Cruz, Felipe Herrera, Raul Prebisch, Aldo Ferrer, Mario Rapoport, Luciano Tomassini, Carlos Puig, Carlos Escudé, Edmundo Heredia, Moniz Bandeira, Hélio Jaguaribe, Amado Cervo, Celso Lafer, Heraldo Muñoz, José Paradiso, Enzo Faletto, Fernando Henrique Cardoso, Osvaldo Sunkel, Theotônio dos Santos, André Gunder Frank, além do próprio Bernal-Meza, para mencionar apenas os que são mais extensivamente trabalhados.

De fato, o objetivo de Bernal-Meza é argumentar que a produção latino-americana possui especificidade e sustentação enquanto proposta teórica, pois serviu de base para o desenvolvimento de uma filosofia da História e/ou teoria da História capaz de explicar como se produzem os fatos.

Este argumento do autor emerge a partir da identificação da dicotomia *centro-periferia* enquanto gênese do projeto teórico latino-americano. Isso significa, em outras palavras, que *escrever a história* do ponto de vista da *periferia* permite interpretar, por consequência, a outra parte da história do desenvolvimento mundial, ou seja, o *centro*. Essa característica, segundo Bernal-Meza, seria o eixo de sustentação de todas as propostas amplamente estudadas durante toda a obra, que ele sintetiza na idéia de um *pensamento estruturalista latino-americano*.

É interessante mencionar em quais fontes e em quais questões Bernal-Meza identifica o conceito centro-periferia como o núcleo do estruturalismo latino-americano. Ao abordar a construção dos Estados da região sob um ponto de vista crítico, o autor identifica elementos que emergem desse contexto no qual o problema principal seria o impacto do capitalismo mundial sob as dinâmicas internas.

Com efeito, os movimentos contestatórios da ordem mundial, relacionados intimamente à presença do ideário socialista, juntamente com o nacionalismo decorrente do processo incipiente de consolidação do Estado, fomentaram o ambiente adequado para que se desenvolvesse uma visão crítica do sistema capitalista. A percepção era de que seus efeitos eram especialmente negativos para aqueles países que se encontravam em uma posição diferenciada no sistema mundial de trocas e distribuição de riqueza, projetando externamente, na visão dos latino-americanos, relações de poder diferenciadas.

Desta forma, a partir desta conscientização da marginalização de determinados países com relação a outros, é que emerge a idéia de um mundo dividido em duas partes, sendo que uma delas exercia poder sobre a outra em virtude de sua condição diferenciada no sistema capitalista. Eis que surge a dicotomia centro-periferia, influenciada pela diferenciação dual tradicional do marxismo – burguesia e proletariado.

A presença dos Estados Unidos na região também se mostrou importante fonte de problematização das relações de poder no sistema internacional influenciadas pela posição ocupada na lógica de operação do capitalismo mundial. Após sua independência, os norte-americanos passaram a atuar de forma agressiva no continente, especialmente a partir do início do século XX, ainda que o discurso fosse baseado em

uma ideologia solidarista que caminhava lado a lado com interesses econômicos e políticos. Assim, havia a preocupação dos países latino-americanos do alcance desta presença no continente, que acabava sendo transmutada para o vocabulário dos estudos internacionais na forma de temas recorrentes no pensamento e da ação política da região. Como salientou Bernal-Meza (2005, p.40):

[...] la posición respecto del imperialismo, la conciencia sobre la debilidad económica y política de América Latina y los riesgos del intervencionismo norteamericano, definieron la política internacional en torno a objetivos como “independencia”, “integración”, “antiimperialismo” y “nacionalismo económico”.

Com relação ao recorte temporal de análise do autor, há a percepção de três enfoques principais que se diferenciam com o tempo, de forma a aprofundar algumas categorias e interpretações ou mesmo atualizá-las à luz das dinâmicas internacionais.

Assim, entre as décadas de 1920 e 1930, Bernal-Meza identifica o primeiro enfoque dos antecedentes históricos do pensamento estruturalista latino-americano. Na figura de José E. Rodo e o *arielismo*, o autor destaca o movimento identitário de caráter culturalista que perdura até a crise de 1929, quando então a reivindicação cultural passa a adquirir uma conotação mais social, política e econômica.

É o caso de Victor Raúl Haya de la Torre, fundador da *Allianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA), partido criado em 1924 no Peru que tinha pretensões de se tornar uma espécie de Internacional Comunista em território latino-americano. Sua contribuição, todavia, diz respeito à substituição de categorias tradicionais do discurso da região, como raça e cultura, por novas e mais complexas, como antiimperialismo e latinoamericanismo, referindo-se a posição da região em relação a um centro opressor, no caso, Estados Unidos e Grã-Bretanha (BERNAL-MEZA, 2005, pp.31-41).

Como segundo enfoque, o autor denomina como original o pensamento Prebisch – Cepal da década de 1950, e sua evolução até a Teoria da Dependência no final da década de 1960 e início da de 1970.

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) era constituída por um grupo de intelectuais de grande prestígio regional, como Aníbal Pinto, Adolfo Dorfman,

Celso Furtado, Jorge Ahumada, e o principal deles, Raúl Prebisch, entre outros. Versando sobre o problema do desenvolvimento do ponto de vista do que ele denomina capitalismo periférico, Prebisch irá desenvolver uma proposta teórica de interpretação do contexto latino-americano que irá influenciar sobremaneira os intelectuais e os homens da política. Como sintetiza Bernal-Meza (2005, p.79), Prebisch:

[...] sostuvo que la estructura de las relaciones económicas entre el centro y la periferia tendían a reproducir las condiciones de subdesarrollo y a aumentar la distancia entre los países desarrollados y los países periféricos, a través de la apropiación de los frutos do progreso técnico.

Nesse sentido, os estudos e o enfoque cepalino privilegiavam uma perspectiva econômica, e suas implicações políticas a partir de uma visão regional e sistêmica do capitalismo. Questões como industrialização, progresso e transferência de tecnologia, desigualdade social, são alguns dos núcleos de discussão das abordagens cepalinas. Entre os conceitos, destacam-se, além da dicotomia centro-periferia, elementos como estrutura, deterioração dos meios de troca, hegemonia, economia mundial, entre outros. (BERNAL-MEZA, 2005, pp. 78-98)

Já a Teoria da Dependência, que pode ser vista como um aprofundamento das discussões levantadas pelos cepalinos, tem como principais personagens Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. A proposta é compreender de modo multidimensional o significado do desenvolvimento e do subdesenvolvimento na América Latina, exigindo, desta forma, uma complexificação das variáveis em estudo, abrangente o suficiente para tratar de questões econômicas, políticas e sociais. Como salientou Cardoso e Faletto:

[...] La explicación del proceso histórico em términos de los supuestos teóricos de la perspectiva de la dependencia requiere que se le expliciten los vínculos entre la pugna al nivel de los Estados en el plano mundial, con las luchas internas entre clases y grupos y con los modos fundamentales por los cuales, en cada país y en el plano mundial, se da la organización social de la producción. (CARDOSO & FALETTTO *apud* BERNAL-MEZA, 2005, p. 102)

Nesse sentido, os autores identificam um aspecto universal no capitalismo, já que o subdesenvolvimento é percebido como funcional na medida em que a

dependência da periferia aos países do centro vincula o desenvolvimento deste último à condição marginal do primeiro, sendo este processo historicamente simultâneo.

Nesse contexto, os grupos de poder assumem evidente relevância, já que em uma espécie de trabalho coordenado inconsciente com as estruturas dos Estados tanto na periferia quanto no centro, esse processo se retroalimenta, consolidando assim a dependência e as estruturas hegemônicas no sistema internacional. (CARDOSO & FALETTO *apud* BERNAL-MEZA, 2005, pp. 98-116)

Já na década de 1990, Bernal-Meza fala dos neoestruturalistas, como terceiro e último enfoque. A tônica desta perspectiva se relaciona as mudanças ocorridas a partir da década de 1980, com a onda neoliberal que avançou sobre os países latino-americanos e as novas características que assumiu o capitalismo contemporâneo, como os capitais financeiros e as grandes corporações.

De fato, alguns aspectos tratados nas abordagens anteriores não se modificam na substância, já que estruturais. Todavia, faz parte das abordagens estruturais a avaliação histórica do contexto, sendo, portanto, razoável a proposta de até certo ponto atualizar as idéias cepalinas nos anos 1980 e 1990.

Ainda que questões tradicionais como as condições para o desenvolvimento e o papel do Estado na economia, a perspectiva neoestuturalista busca enfatizar as possibilidades de acessar tais soluções pela via internacional, de modo planejado e consciente dos constrangimentos externos.

[...] el neoestruturalismo abordó la cuestión de las estrategias posibles y, por tanto, constituyó un aporte a la discusión sobre la inserción internacional, ya que el desarrollo económico y la política pública no son, em definitiva, más que objetivos e instrumentos cuya eficacia se confronta con la cuestión central del pensamiento histórico latinoamericano: cómo resolver el dilema del desarrollo en um mundo global. (BERNAL-MEZA, 2005, p.162)

Oswaldo Sunkel, na década de 1990, será responsável pela abordagem sócio-cultural do problema do (sub)desenvolvimento, argumentando a necessidade de se considerar as características estruturais e institucionais da sociedade para que seja possível a formulação de políticas para a superação de tal condição. Para o autor, o neoliberalismo alterou significativamente não só as funções e o papel do Estado, mas

também a condições de produção e, conseqüentemente, de segregação e marginalização social, em virtude dos baixos rendimentos decorrentes da nova lógica produtiva.

Posto isto, percebemos que nos três enfoques selecionados há elementos de continuidade entre as propostas teóricas, no sentido de vislumbrarmos um aprofundamento da problemática do desenvolvimento e da dependência tão caras aos países latino-americanos, bem como do uso do conceito de centro-periferia. Assim sendo, parece razoável admitir o argumento de Bernal-Meza quando congrega cada uma dessas iniciativas em uma lógica de escola de produção do conhecimento e a denomina como pertencente a um pensamento estruturalista latino-americano.

Em síntese, podemos apontar quatro elementos que Bernal-Meza identifica como traços permanentes do estruturalismo latino-americano: 1) o enfoque histórico-estrutural, baseado na idéia da relação centro-periferia; 2) a análise da inserção internacional; 3) a consideração dos condicionantes estruturais internos do crescimento e do progresso técnico, e as relações entre estes dois aspectos e o planejamento de sua execução e impactos na distribuição de renda; 4) e o estudo das possibilidades da ação estatal para a diminuição das condições de dependência, das quais destacam-se a integração e a cooperação.

A perspectiva de Hélio Jaguaribe: autonomia pela integração

Hélio Jaguaribe, historiador e reconhecido intelectual brasileiro, foi um dos protagonistas de grupos de discussão de relevo no contexto da produção em Ciências Sociais, tais como Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) entre as décadas de 1950 e 1960 (NASCIMENTO, 2005).

Regra geral, seus trabalhos buscavam analisar a realidade brasileira e compreender as possibilidades que se apresentavam ao país em um contexto no qual os constrangimentos internacionais eram percebidos como provenientes em grande medida da divisão centro-periferia. Assim sendo, dois conceitos são fundamentais para a

compreensão da proposta teórica de Jaguaribe: hegemonia cêntrica e autonomia periférica.

Ainda que seus trabalhos possuam complexidade e sofisticação conceitual e analítica que ultrapassa os objetivos deste estudo, cabe-nos ressaltar que os dois conceitos supracitados representam, a nosso ver, a contribuição teórica de Jaguaribe que permite colocá-lo no grupo dos estruturalistas latino-americanos como Bernal-Meza caracteriza.

No início da década de 1970, Jaguaribe desenvolveu estudos complexos sobre a situação latino-americana, buscando compreender o desenvolvimento político da região a partir de uma análise multidimensional, recorrendo, desta forma, a perspectivas econômicas, sociológicas, antropológicas e históricas para embasar suas conclusões. A obra intitula-se *Desarrollo político: una investigación en teoría social e política y un estudio de caso latinoamericano*³. É partir dos problemas levantados neste estudo que Jaguaribe irá focar suas discussões no marco da hegemonia cêntrica e os desafios para a construção da autonomia da periferia do sistema.

Em 1979, Jaguaribe publica *Autonomía periférica y Hegemonía céntrica*, texto em que ele aborda a dependência estrutural do ponto de vista da periferia, problematizando tanto o nível sistêmico como o regional. A análise parte de uma visão do sistema internacional da Guerra Fria que ele denominou como *sistema interimperial*, correspondendo a quatro diferentes níveis de capacidade de exercer a autonomia: os Estados Unidos como hegemonia mundial, a União Soviética como hegemonia regional, a maioria dos demais países desenvolvidos e, por fim, os dependentes que corresponderiam à denominação corrente na época de Terceiro Mundo.

Ao partir deste quadro, Jaguaribe segue diferenciando os tipos de hegemonia e de autonomia. A exemplo do primeiro conceito, disserta sobre a diferença de influência dos Estados Unidos e da União Soviética, ainda que ambos hegemônicos, com capacidades diferenciadas de exercer seu poder em virtude principalmente das

3 De acordo com Bernal-Meza, a obra foi publicada na Argentina pela Editora Paidós em três volumes em 1972, intitulados respectivamente *Desarrollo Político: sentido e condiciones; Sociedad, cambio y sistema político*; e *Crisis y alternativas de América Latina: reforma o revolución*. (BERNAL-MEZA, 2005, p. 206)

diferentes concepções econômicas.

No que diz respeito à autonomia, diferencia o que seria uma *autonomia geral* e uma *autonomia setorial*. A primeira seria aquela que abrangeria uma posição autônoma em relação a um contexto regional específico, não se projetando mundialmente, como o caso do Brasil. A setorial, por sua vez, propõe a classificação a partir de um critério econômico, no qual determinado país adquire a posição autônoma em virtude de uma vantagem comparativa; este seria o caso da Arábia Saudita, devido a suas consideráveis reservas de petróleo.

Nesse sentido, a autonomia deve ser interpretada como um objetivo da política internacional que se relaciona intimamente com as capacidades internas dos Estados. Na ausência destas, o que prevalece é a relação de dependência, o que estabelece então o eixo entre autonomia-dependência na análise do sistema internacional. Somado a isso, vincula a decisão nos grandes centros de poder as opções que são colocadas aos países em condições periféricas.

La teorización de Jaguaribe describe que, en el mundo contemporáneo, la preservación de la soberanía nominal de los países dependientes está unida a varios factores, de los cuales destaca aquellos que caben dentro de las decisiones de política de las grandes potencias. Señala el autor que existen en el sistema internacional interimperial dos órdenes de relacionamiento: 1) las relaciones de las dos superpotencias entre sí y 2) las relaciones entre el centro y la periferia, en el ámbito de cada sistema imperial. (BERNAL-MEZA, 2005, p. 207)

De fato, a política externa pode ser vista, a partir da análise da proposta de Jaguaribe, como a expressão internacional de uma estratégia nacional de desenvolvimento econômico, visando minimizar, nesse sentido, as relações de dependência ao centro. Em outras palavras, a autonomia se constrói a partir da consolidação das capacidades internas, pois isso resulta em um maior distanciamento das relações de dependência estabelecidas pelo centro em virtude de suas maiores capacidades.

A alternativa que surge nesse contexto é a *integração*. Para Jaguaribe, ao se estabelecer parcerias entre os países dependentes da periferia, conseqüentemente afasta-se do centro, pois a aproximação política, mas principalmente econômica, entre os

periféricos possibilita a diminuição do grau de dependência ao mesmo tempo em que cria condições e soluções setorializadas de acesso ao desenvolvimento econômico a partir das capacidades internas de cada um deles.

Assim, a integração seria um *instrumento de autonomia*, pois operando na lógica das relações estabelecidas pela estrutura centro-periferia na qual trabalha o capitalismo mundial, os países constroem mecanismos para atuar no sistema internacional de forma conjunta e, desta forma, contrabalançar ou até mesmo alterar ou efeitos negativos de tal dicotomia sistêmica.

Contemporaneamente, Jaguaribe aplica esse argumento para a análise do Mercosul e sua importância para a região, nos moldes de sua proposta de uma integração para a autonomia. O autor escreve:

Mais do que um Mercado Comum, entretanto, Mercosul é o principal instrumento de que dispõem seus partícipes para assegurar a proteção de seus interesses internacionais e, a longo prazo, preservar sua identidade e sua autonomia nacionais. Tal situação decorre do fato de que, ante as presentes condições internacionais e, mais ainda, as tendências a que está submetido o sistema internacional e as alternativas de uma nova ordem mundial que se configura para a segunda metade do século, os países membros de Mercosul não disporão, isoladamente, de condições para preservar um mínimo satisfatório de autonomia internacional e doméstica. [...] na medida em que Mercosul se consolide e expanda, os países membros se beneficiarão de crescentes possibilidades de se desenvolverem e de preservar sua autonomia. Como mercado comum, Mercosul dispõe de condições para proteger o sistema produtivo de seus partícipes da devastadora supercompetitividade das economias dominantes. Disporão tais países, concomitantemente, de um mercado zonal suficientemente amplo para lhes assegurar satisfatória margem de auto-suficiência e proporcionar a seus setores mais competitivos condições de ascenderem a um patamar de competitividade internacional. (JAGUARIBE, 2002, pp. 6-7)

Posto isto, parece razoável identificar nos trabalhos de Jaguaribe o uso de conceitos que integram o vocabulário estruturalista latino-americano. Sua especificidade em termos de contribuição teórica vincula-se, em síntese, a idéia de aproximar a interpretação sistêmica-estrutural da dicotomia centro-periferia a uma estratégia política possível aos países periféricos em busca da autonomia, entendendo-a como construção de capacidades internas que possam diminuir a dependência em relação ao centro por

meio da associação de países em condição semelhante, ou seja, pela integração.

Considerações finais

Ao apresentar a interpretação de Bernal-Meza sobre a existência de uma escola latino-americana de Relações Internacionais, baseada na idéia do pensamento estruturalista, e ao selecionar Hélio Jaguaribe como um dos autores cuja contribuição não somente integra a perspectiva em questão, como também se mostra de notável atualidade, buscamos responder afirmativamente o problema levantado no título deste artigo.

Isto porque, assim como Bernal-Meza, acreditamos que existam elementos comuns que perpassam as propostas dos autores selecionados para o estudo, tais como uma fundamentação epistemológica, um enfoque sistêmico-estrutural e um marco teórico e conceitual de referência comum, constituindo-se, assim, uma tradição de pensamento.

Com efeito, a produção latino-americana gerou expressões teóricas nacionais, inclusive desafiando o *mainstream* da área e constituindo uma interpretação analítica alternativa. A reformulação neoestruturalista da década de 1990 mostra-se especialmente interessante ao contestar e criticar o denominado pensamento único, o neoliberalismo e visões ideológicas ou fundamentalistas da globalização.

Este pensamento possui riqueza teórica, metodológica e epistemológica, utilizando-se de diversas variáveis para compreender os fenômenos, tendo como visão do sistema internacional a dimensão centro-periferia, categoria que foi construída a partir de perspectivas econômicas (abordagem original) e políticas (desenvolvimentos posteriores), e sócio - culturais.

Por fim, revelou-se uma abordagem original da história dos processos internacionais a partir de nossas próprias perspectivas, nos recordando de que as teorias são resultado de um tempo e um espaço social e político determinado, máxima que a área de Relações Internacionais e sua produção teórica não devem ignorar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Peter (1997). *A Escola dos Annales (1929 – 1989). A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP.

BERNAL-MEZA, Raúl (2005). *América Latina en el Mundo: El pensamiento latinoamericano y la teoría de relaciones internacionales*. Buenos Aires: Editora Nuevo Hacer.

FORSTER, Robert (1978). “Achievements of Annales School” *The Journal of Economic History*, Vol. 38, No. 1, The Tasks of Economic History (Mar., 1978), pp. 58-76. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2119315>. Acesso em 19/06/2009.

JAGURIBE, Hélio (1979). Autonomía periférica y Hegemonía céntrica In: *Estudios Internacionales*, Santiago, ano XII, n. 46, abril-junho.

____ (2002). “Mercosul e a Nova Ordem Mundial” INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS *Dossiê Cebri*. Rio de Janeiro, v. 1, ano 1, pp. 6-7. Disponível em: http://www.cebri.org.br/pdf/140_PDF.pdf. Acesso em 22/10/2008.

NASCIMENTO, Raphael Oliveira do (2005). *Idéias, Instituições e Política Externa no Brasil de 1945 e 1964*. Brasília: Universidade de Brasília (Dissertação de Mestrado).

TICKNER, Arlene B (2008). “Latin American IR and the Primacy of *lo práctico*” *International Studies Review*, n. 10, pp. 735-748. Disponível em: <<http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/121520296/HTMLSTART>> Acesso em: 18/02/2009.

____ (2003a). “Hearing Latin American Voices in International Relations Studies” *International Studies Perspectives*, v. 4, pp. 325-350. Disponível em: <<http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/118855639/HTMLSTART>> Acesso em 18/02/2008.

____ (2003b). “Seeing IR Differently: Notes from the Third World.” *Millennium Journal of International Studies*, Vol. 32, No. 2, 295-324. Disponível em: <<http://mil.sagepub.com/cgi/content/abstract/32/2/295>> Acesso em: 21/06/2009.

Artigo recebido em 04 de julho de 2011. Aprovado 10 de agosto de 2011.

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão sobre a Escola latino-americana de teoria de Relações Internacionais. Ao adotarmos como referência o estudo de Raúl Bernal-Meza (2005), destacamos a importância da perspectiva histórica na análise de uma tradição de pensamento inserida em contexto regional. Apresentamos a contribuição de Hélio Jaguaribe, cujo trabalho oferece ferramentas analíticas para a compreensão da dinâmica internacional latino-americana.

Palavras-chave

Teoria de Relações Internacionais na América Latina. História das Relações Internacionais. Hélio Jaguaribe.

ABSTRACT

This article aims a reflection on a Latin American School of International Relations theory. This paper draws upon Raúl Bernal-Meza's study *América Latina en El Mundo: El pensamiento latinoamericano y la teoría de relaciones internacionales* (2005), taken as a reference that illustrates the importance of the historical perspective for the analysis of a tradition of thought embedded in a regional context. We present an analysis of the contribution of Hélio Jaguaribe, whose work provides analytical tools for understanding of international dynamic of Latin America.

Keywords

International Relations Theory in Latin America. History of International Relations. Latin America. Hélio Jaguaribe.